

# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

## CARGO 16: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

## PADRÃO DE RESPOSTA

A revolução industrial trouxe uma séria consequência para a sociedade do mundo contemporâneo: a degradação das condições de vida de milhares de camponeses e artesãos que, impossibilitados de prover o seu sustento, precisavam vender o único bem que possuíam, sua força de trabalho. Eles formavam o incipiente proletariado, que provocou a emergência de movimentos contestatórios nas primeiras décadas do século XIX, materializados na revolução de 1848, quando os trabalhadores, dotados de consciência de sua própria condição, organizaram-se como sujeito coletivo, passando a exigir reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a extinção do capitalismo.

Com a organização do proletariado como sujeito coletivo, as classes dominantes adotaram medidas de enfrentamento da questão social, por meio da legislação e das reformas sociais. Por força das lutas sociais, algumas das necessidades dos trabalhadores e de suas famílias passaram a ser socialmente reconhecidas pelo Estado, o que deu origem ao que atualmente se denominou de políticas de proteção social, ancoradas em direitos e garantias sociais. A ampliação das respostas públicas às necessidades sociais da classe trabalhadora originou o chamado estado de bem-estar, que se expandiu a partir da segunda guerra mundial. Os sistemas de proteção social, apesar de construídos como consequência da pressão dos trabalhadores, foram funcionais ao capitalismo. A consolidação de direitos sociais e trabalhistas e a oferta de serviços sociais públicos, ao mesmo tempo em que foram responsáveis pelo reconhecimento da necessidade de proteção social dos trabalhadores, também possibilitaram o surgimento das ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia, lastro político da socialdemocracia, que perdurou durante três décadas.

Se por um lado, os países centrais viviam o pleno emprego e a expansão da seguridade, garantindo a reprodução da virtuosidade do crescimento econômico com desenvolvimento social, na periferia mundial assistia-se à defesa da modernização e do desenvolvimentismo como meio de integração menos oneroso desses países à ordem econômica mundial. No caso brasileiro, somente em 1988 é que foram instituídas as bases formais e legais do que poderia ser um estado de bem-estar social. Contudo, as condições sob as quais se deu a integração do país à ordem econômica mundial resultaram, nos anos iniciais da década de 1990, na subordinação ao pensamento e à prática neoliberais, marcados pela retração das políticas de proteção social, profunda regressão no exercício dos direitos e na universalização da seguridade social brasileira.